

PRESTAÇÃO DE CONTAS

(Exercício económico 2015)



A- RELATÓRIO DE GESTÃO



Câmara Municipal
Paços de Ferreira

 CAPITAL EUROPEIA
DO MÓVEL
PAÇOS DE FERREIRA

- 1. INTRODUÇÃO 2**
- 2. ESTRUTURA ORGÂNICA 9**
 - 2.1. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL 10
 - 2.2. SERVIÇOS MUNICIPAIS 12
- 3. RECURSOS HUMANOS 14**
 - 3.1. OS RECURSOS HUMANOS 15
 - 3.2. ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE 18
 - 3.3. ESTRUTURA ETÁRIA E GÉNERO 19
 - 3.4. ESTRUTURA HABILITACIONAL 20
 - 3.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO 20
- 4. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES SECTORIAIS MAIS RELEVANTES DESENVOLVIDAS EM 2015 22**
 - 4.1. NOTA INTRODUTÓRIA 23
 - 4.2. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 24
 - 4.3. ACÇÃO SOCIAL 26
 - 4.4. EDUCAÇÃO 38
 - 4.5. CULTURA 48
 - 4.6. TURISMO 48
 - 4.7. BIBLIOTECA MUNICIPAL 49
 - 4.8. MUSEU 53
 - 4.9. DESPORTO 54
 - 4.10. JARDINS MUNICIPAIS 64
 - 4.11. OBRAS MUNICIPAIS (ADMINISTRAÇÃO DIRETA) – VIAS E ARRUEAMENTOS 68
 - 4.12. OBRAS MUNICIPAIS (ADMINISTRAÇÃO DIRETA) – EDIFÍCIOS 84
 - 4.13. POLÍCIA MUNICIPAL E GABINETE TÉCNICO FLORESTAL 87
- 5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA 111**
 - 5.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA /PATRIMONIAL 112
 - 5.1.1. *Balanço* 112
 - 5.1.2. *Demonstração de Resultados* 116
 - 5.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 119
 - 5.2.1. *Execução Orçamental Global* 119
 - 5.2.2. *Execução Orçamental da Receita* 120
 - 5.2.3. *Execução Orçamental da Despesa* 126
 - 5.2.4. *Equilíbrio Orçamental Corrente* 131
 - 5.2.5. *Fluxos de Caixa – Saldo Final da Gerência de 2015* 132
 - 5.3. LIMITE DA DÍVIDA TOTAL 132
 - 5.3.1. *Limite a 31/12/2015* 132
 - 5.4. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS DE 31/10/2013 A 2015 134
 - 5.5. RÁCIOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS 134
- 6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 136**
- 7. FATOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO 138**
- 8. NOTAS FINAIS ANEXO AO BALANÇO E DR 140**
- 9. FATOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO 153**



1. INTRODUÇÃO



Há dois anos e meio o Executivo que governa o Município de Paços de Ferreira recebeu um mandato claro dos nossos concidadãos: restabelecer laços de confiança entre quem lidera os destinos do concelho e os cidadãos; recuperar o prestígio institucional do Município na região e no país; promover o diálogo com todas as instituições, associações e empresas, apelando à envolvimento de todos, sem exceção, na gestão da causa pública; honrar compromissos com os fornecedores, dinamizar políticas de incentivo à fixação de jovens neste concelho, promover a internacionalização da marca Paços de Ferreira, nomeadamente, dos setores do mobiliário e têxtil, dentro e fora do país; dinamizar o comércio local; introduzir uma política fiscal mais amiga do cidadão e do empresário, promover uma escola inclusiva para que todos os cidadãos, independentemente da situação económica ou classe social de cada tenham acesso à educação e ao ensino.

A juntar a tudo isto, os cidadãos de Paços de Ferreira reclamam, com total legitimidade democrática, rigor e transparência na gestão do dinheiro público, a erradicação de focos de pobreza extrema, fortes medidas de apoio social para a terceira idade, para as crianças e para os mais desfavorecidos.

Em suma: os cidadãos de Paços de Ferreira pedem-nos que saibamos afirmar o ADN do território e das suas gentes - e fazer deste concelho um melhor lugar para se viver: em liberdade, em comunidade e em segurança, sem haver a necessidade de vermos os nossos jovens zarpar para destinos longínquos, deixando um lastro de dor e sofrimento às famílias.

Hoje há novas e melhores razões para permanecer no território. Implementamos vários incentivos para a fixação de jovens casais: isenção de taxas e licenças para a habitação, estudos de planeamento e elaboração de plantas gratuitos, forte aposta no empreendedorismo jovem, ajudamos à criação de empresas, e Paços de Ferreira é hoje o Município que entre os demais concelhos da região Norte registou a mais baixa taxa de desemprego em dois semestres consecutivos.

Em matéria de Ação Social, além do aumento dos apoios sociais, como é o caso da disponibilização dos manuais escolares, mais de 4000 requerimentos nos últimos dois anos, estão terminados os centros escolares de Seroa e Eiriz, cuja construção tinha sido abandonada há anos, o que prova que é possível gerir bem o que é de todos.

As verbas destinadas à Ação Social duplicaram face ao ano passado, ou seja, mais do dobro do que acontecia no passado, ultrapassando a fasquia dos 100 mil euros.

Consideramos que o capital humano é o mais valioso património de uma comunidade e face até ao "inverno demográfico" que vivemos no país, cabe-nos enquanto decisores políticos de proximidade encontrar formas de potenciar a demografia territorial, pelo que se explica desta forma todas as medidas para atrair e fixar gente no nosso concelho.



A par de tudo isto, estão em curso inúmeras atividades permanentes, tendo sido criados novos espaços públicos destinados à Arte e à Cultura, o que confere a Paços de Ferreira um perfil mais moderno, mais cosmopolita, mais inovador e mais jovem – razão pela qual se instituiu 2016 como o Ano Municipal da Juventude.

Honrar a função é dotar a Câmara Municipal de ferramentas e de instrumentos que permitam uma efetiva transparência municipal, o que já está feito, com a implementação de um sistema informático que permite a cada cidadão aceder às grandes decisões políticas, à contratualização pública de serviços, aos ajustes diretos, enfim, conhecer e aceder ao movimento contabilístico e diário gerado pelos serviços da Câmara Municipal.

De acordo o Índice de Transparência Municipal (ITM), na disponibilização de informação económico-financeira, o Município de Paços de Ferreira foi considerado 100% transparente.

Tendo a transparência como um dos valores fundamentais da gestão municipal, o atual Executivo faz questão de disponibilizar no site da Autarquia para consulta pública dos cidadãos todos os mapas de compras, valores de ajustes diretos, contratos, balanços, balancetes, execução orçamental e outros documentos, além dos que legalmente são exigidos, merecendo por isso a distinção honrosa de estar no topo dos Municípios Portugueses com maior transparência na gestão municipal.

A referência ao nosso concelho é, hoje, um forte apelo ao coletivo, um apelo ao todo - muito superior à soma individual das partes e que reclama a envolvimento todas as freguesias e das cidades de Paços de Ferreira e Freamunde.

Há instrumentos que ajudam a materializar a estratégia política do Município de Paços de Ferreira, sendo a política orçamental uma das mais importantes.

A situação estrutural do país, apesar dos claros sinais de inversão de ciclo económico, é ainda de grande imprevisibilidade política e financeira, desde logo pelas ameaças externas dos mercados internacionais, o que poderá, surpreendentemente, obrigar as Autarquias, como é o caso de Paços de Ferreira, a infletir de rumo.

Contudo, sabemos que quanto mais sólidas e consolidadas forem as nossas finanças públicas, mais preparados estaremos para enfrentar a incerteza do futuro e quanto mais fortes sólidas foram as nossas contas mais capazes seremos de aproveitar as janelas de desenvolvimento económico, de atração de investimento e de criação de postos de trabalho.

Como sempre foi assumido por este Executivo do Partido Socialista são prioridades aliviar as famílias e as empresas da carga fiscal, através da redução do IMI.

O Município de Paços de Ferreira foi um dos concelhos com maior redução dos impostos sobre as famílias e empresas da região. Em 2016, pelo terceiro ano consecutivo, o IMI continua fixado na taxa mínima. Com esta decisão, o Município de Paços de Ferreira abdicou de uma receita superior a um milhão de euros anuais, a favor das famílias, das empresas e do comércio.



A redução do IMI, ao longo dos anos anteriores, permitiu desonerar as famílias, e em especial as famílias com filhos, o que só por isso justificara a arrojada decisão política tomada por este executivo.

Há nesta redução de IMI um outro grande propósito que passa pela regeneração e reabilitação urbana, um apelo e um incentivo para que a cidade de Paços de Ferreira e de Freamunde deixem de ter como cartão de visita edifícios degradados ou prédios em ruínas.

Da nossa parte, da parte da Câmara Municipal, iniciamos a regeneração do espaço público, primeiro pela limpeza urbana e pintura de passadeiras, depois pela reparação de estradas municipais que há mais de duas décadas não eram intervencionadas e, finalmente, pelo alargamento de vias urbanas como são os casos da avenida Dr. Nicolau Carneiro, das ruas adjacentes e toda a zona envolvente ao Radar.

Sem recurso a fundos comunitários e apostando na capacidade de trabalho dos colaboradores da Câmara Municipal regeneramos o centro urbano de Freamunde, reparamos milhares de quilómetros de estradas, colocamos passadeiras sobrelevadas e avançamos com a construção da rotunda de Carvalhosa, cujas obras começam já no próximo mês Maio, permitindo uma nova reorganização urbanística em toda a zona envolvente e facilitando a circulação rodoviária num dos locais de maior afluência de tráfego.

Além de ser um "ponto negro", a este local conflui diariamente milhares de automobilistas, oriundos de diversas freguesias de Paços de Ferreira e dos concelhos vizinhos, a Câmara Municipal reduzirá mais um encargo mensal com semáforos.

Esta empreitada não ultrapassará 90 mil euros, valor substancialmente mais baixo, face a obras realizadas no passado neste concelho, e tendo em conta o valor acrescentado em matéria de circulação, segurança e eliminação de um dos "pontos negros" do concelho.

No planeamento municipal, resultante de decisões tomadas em 2015, estão contempladas as rotundas de Frazão e de Sobrão. No caso de Sobrão, a resposta rápida dos proprietários à pretensão do Município - e a sensibilidade revelada pelos próprios ao bem comum - permitiu a cedência gratuita de cerca de três mil metros quadrados o que significa uma poupança para os cofres do Município de cerca de 150 mil euros. Sinal de mudança, sinal claro de confiança, sinal de que os cidadãos de Paços de Ferreira acreditam que há um futuro promissor neste concelho!

O atual executivo realizou em colaboração com os trabalhadores da Câmara Municipal um esforço no sentido de recuperar várias estradas do município, que há vários anos sem encontravam sem qualquer intervenção de manutenção e conservação.

Para além dos 500 quilómetros de vias municipais, da elevada dívida da Câmara Municipal, e sem disponibilidade de acesso a fundos comunitários, o Município está empenhado em transformar a rede viária, prova disso são os mais de 50 quilómetros reabilitados ou em reabilitação à presente data.



E em todo este projeto de requalificação contamos com a colaboração preciosa das Juntas de Freguesia que hierarquizaram prioridades nas suas localidades. E já no decorrer deste ano, um milhão de euros será investido pela Câmara na requalificação de várias estradadas por todo o concelho.

Para isso estão em curso projetos e concursos públicos de aquisição de tapete betuminoso superiores a um milhão de euros, que permitirão a requalificação de cerca de 20 km de vias municipais.

O Executivo Municipal de Paços de Ferreira avançou com um procedimento de aquisição de um equipamento de última geração que permitiu tapar buracos de forma rápida, definitiva e eficaz, introduzindo mais e melhor segurança à circulação nas estradas do concelho.

Este equipamento a ser entregue durante o corrente mês, representa um investimento de 60.000,00€ e que permitirá num curto espaço de tempo resolver o flagelo dos buracos no concelho.

Em curso estão também as obras de colocação da rede pública de água e saneamento nas freguesias de Sanfins e Eiriz, acabando com vários anos de desconsideração com as populações destas duas freguesias.

Até ao momento foram também religadas nas diversas freguesias do concelho mais de 600 luminárias, estando em fase final de adjudicação o concurso internacional para substituição das atuais luminárias por LEDs que permitirá uma poupança na fatura energética superior a 60%.

Apesar de termos sido surpreendidos com um inverno rigoroso com chuvadas intensas que atrasaram os nossos propósitos, não baixamos os braços e prosseguimos esta batalha à conquista de centros urbanos limpos, arejados, devolvendo aos cidadãos o espaço público para que dele possam usufruir. Disso mesmo são hoje bons exemplos de qualidade de vida os nossos parques urbanos.

Este esforço financeiro, sem precedentes na história recente do Município de Paços de Ferreira, é resultado de uma gestão empenhada e da colaboração proactiva dos trabalhadores da Câmara Municipal.

Fechado o Exercício Económico de 2015, a Câmara Municipal de Paços de Ferreira está em condições de apresentar a contas municipais as quais representam um **Resultado Líquido Positivo de 1.597.608,81 de Euros**. Este resultado deveu-se não ao aumento dos impostos municipais, mas sim a uma substancial redução da despesa corrente.

Por outro lado, este resultado contribuiu para a redução da dívida municipal que, não obstante ao esforço e à gestão rigorosa, continua a ser um entrave brutal à gestão diária do Município.



Tendo tomado posse o atual Executivo Municipal, em outubro de 2013, foi possível ao final de dois anos apresentar um conjunto de resultados que refletem uma gestão eficiente e rigorosa do dinheiro público.

Note-se que desde há oito anos que este Município não apresentava um resultado líquido positivo.

A redução da dívida total relativamente ao ano anterior é de 3,6 milhões de euros significando uma diminuição de 5,7% face ao mesmo período.

A execução orçamental, se lhe retirarmos o “buraco” herdado do executivo anterior (29,5 m.e) atinge 87,5% o que revela um grande rigor no planeamento orçamental.

As receitas correntes cobriram as despesas correntes em 3,1 milhões de euros, esta poupança permitiu efetuar investimentos, e também contribuir para a continuação da redução da dívida no ano de 2015.

A reorganização do modelo de gestão municipal, implementado pelo atual Executivo, tem permitido obter resultados muito positivos.

Em pouco mais de dois anos de mandato, a Câmara de Paços de Ferreira reduziu a dívida total municipal em 10,5 milhões de euros (quando a dívida herdada pelo atual executivo rondava 69 milhões de euros), um facto que se deve à disciplina financeira implementada na gestão criteriosa das despesas do Município e no aproveitamento dos recursos internos.

O atual executivo fechou as negociações do dossier da água com a concessionária Águas de Paços de Ferreira, cujos resultados serão apresentados em breve aos Municípios, assim que haja pronúncia pelas entidades públicas responsáveis.

Paços de Ferreira foi o concelho que registou a maior descida de desemprego da Região Norte, segundo o relatório Norte Conjuntura, durante ano de 2015, tendo sido criadas 481 novas empresas, desde outubro de 2013, até hoje.

Para apoiar as micro e pequenas empresas, foi criado o Balcão das Empresas, que disponibiliza gratuitamente vários serviços às empresas do concelho.

Os dinheiros públicos são geridos por uma equipa coesa e rigorosa que, tomando decisões contrárias ao populismo fácil, está empenhada em prestar contas aos Municípios de Paços de Ferreira.

Moralizamos o sistema porque desejamos criar uma distinção entre quem não cuida o património e quem o respeita. Criamos riqueza porque ao induzir a regeneração e reabilitação urbana, elevamos o perfil turístico, a qualidade de vida e a atratividade comercial de Paços de Ferreira.

Com este Executivo Municipal, Paços de Ferreira e os seus cidadãos podem confiar e acreditar no futuro melhor, próspero e ambicioso, assente na diluição das assimetrias entre freguesias, à semelhança do que temos vindo a demonstrar com factos e com obra.



Os documentos aqui apresentados relativos ao relatório e contas do ano de 2015, revelam uma estratégia política e financeira que privilegia a poupança e o rigor, mas também a inovação e o empreendedorismo.



2. ESTRUTURA ORGÂNICA



2.1. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

O resultado do processo eleitoral destinado à *eleição* dos Titulares dos Órgãos das Autarquias Locais, a 29 de Setembro de 2013, resultou na alteração do executivo camarário.

Assim desde 24 de Outubro 2013, o Órgão Executivo que geriu os destinos do Município de Paços de Ferreira teve a seguinte composição e respetivas funções:

PRESIDENTE

HUMBERTO FERNANDO LEÃO PACHECO DE BRITO

Desenvolvimento Económico;

Planeamento e Gestão Urbanística e Serviços Urbanos;

Obras Municipais;

Serviços Jurídicos

Freguesias;

Juventude e Associativismo

Gabinete de comunicação.

Energia

Mobilidade

VEREADORES

PAULO SÉRGIO LEITÃO BARBOSA

Educação;

Cultura;

Museus e Arquivo,

Infraestruturas culturais;

Bibliotecas;

Turismo;

Artesanato;



Proteção Civil;

Fiscalização Municipal e Polícia Municipal

Transportes

Comunicações

Desporto;

JOAQUIM ADELINO MOREIRA SOUSA

Gestão Financeira e Económica;

Recursos Humanos;

Modernização Administrativa;

Ambiente.

Contraordenações

FILOMENA LUÍS NOGUEIRA DA SILVA

Desenvolvimento Social;

Saúde;

Habitação Social e Cooperativa

PEDRO ALEXANDRE OLIVEIRA CARDOSO PINTO

Sem pelouros atribuídos.

ANTÓNIO MANUEL MOREIRA COELHO

Sem pelouros atribuídos.

MARIA ALICE GUIMARÃES DA COSTA RODRIGUES FERREIRA

Sem pelouros atribuídos.



2.2. Serviços Municipais

Desde a tomada de posse do Executivo que lidera a Câmara Municipal, houve a necessidade de dotar a Autarquia de instrumentos de gestão que permitissem a prestação de um serviço ao munícipe eficiente e eficaz. A necessidade da alteração do modelo de gestão, de acordo com o atual contexto sócio- económico que o país atravessa, nomeadamente preparar as estruturas municipais para um apoio social mais premente e adequado às necessidades dos cidadãos de Paços de Ferreira.

Desta forma, tendo em vista a racionalização e otimização do plano municipal, foi criada uma estrutura mais flexível e ágil, capaz de prosseguir o interesse público, através de uma maior simplificação, reduzindo ao mínimo a tramitação burocrática.

Nestes pressupostos, indo ao encontro das imposições previstas na lei nº 49/2012, de 29 de agosto, foi alterado o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Estrutura dos serviços municipais, reportada a 12/05/2014

Gabinete de Apoio à Presidência

Sr. Filipe Pinto – *Adjunto da Presidência*

Dr. Andreia Nunes - *Secretária da Presidência*

Departamento Administrativo Jurídico Financeiro

O Departamento Administrativo Jurídico Financeiro, dirigido por um Diretor de Departamento, tem por atribuição o apoio técnico administrativo e jurídico às atividades desenvolvidas pelas restantes unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas integrantes do mesmo.

Diretor Departamento – Dr. José Manuel Ribeiro Leão.

- *Divisão de Contabilidade, Património e Tesouraria – Chefe de Divisão - Dra. Célia Pinheiro Castro (Nomeada em regime de substituição)*
- *Divisão de Obras Particulares – Chefe de Divisão - Eng.º. António Alberto Martins Carneiro Brito (nomeado em regime de substituição).*



- *Divisão de Obras Municipais - Rodovias* – Chefe de Divisão - Eng.º Manuel Gomes de Abreu
- *Divisão de Obras Municipais - Edifícios* – Chefe de Divisão - Eng.º Fernando Manuel António
- *Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística* – Chefe de Divisão - Arq. Paulo Bettencourt
- *Unidade de Recursos Humanos e Modernização Administrativa* – Dra. Ana Maria Moreira Leal (Técnica Superior)

Departamento de Educação, Cultura, Desporto, Juventude e Ação Social

O Departamento de Educação, Cultura, Desporto, Juventude e Ação Social visa a implementação de políticas nas áreas da Educação, Ação Social, Cultura, Turismo, Desporto, Recreio e Lazer e Juventude. Este departamento integra a Divisão de Ação Social e a Divisão de Educação.

Departamento – Diretora de Departamento - Dra. Eduarda Clara Mendes Costa Machado

Divisão de Ação Social – Não preenchido

Divisão de Educação – Chefe de Divisão - Dra. Fernanda Maria Taipa Bessa Mendes



3. RECURSOS HUMANOS



3.1. Os Recursos Humanos

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira tem como missão prestar serviços de interesse público para a comunidade, no âmbito do Município de Paços de Ferreira e promover o desenvolvimento económico-social e a qualidade de vida no município. Para a prossecução da sua missão a CMPF dispõe de um mapa de pessoal cada vez mais reduzido conforme se pode verificar nos dados abaixo descritos.

A estrutura orgânica da CMPF contava em 31 de Dezembro de 2015 com uma dimensão de 356 efetivos, com as seguintes naturezas jurídicas.

Quadro 1. Estrutura Jurídica de Pessoal a 31 de Dezembro de 2015

Comissão de Serviço (dirigentes)	CTFP – tempo indeterminado	Total
8	348	356

Neste ponto foram considerados todos os trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2015 mantêm um vínculo com a CMPF.

No quadro 2 podemos verificar o número de trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, incluindo o pessoal não docente transferido ao abrigo do Protocolo de Transferência de Competências em matéria de Educação.

Quadro 2. Distribuição dos trabalhadores em 31 Dezembro 2015

Ano	Pessoal Câmara	Pessoal Não Docente	Total
2015	213	143	356



Quadro 3. Por grupos profissionais

Grupo Profissional	Nº	Pessoal Não Docente
Dirigentes	8	0
Técnicos Superiores	50	1
Assistentes Técnicos	52	23
Assistentes Operacionais	79	119
Outros	24	
Total	213	143

Em relação à distribuição dos efetivos por grupos profissionais é feita a separação entre o pessoal transferido ao abrigo da transferência de competências em matéria de educação, e o restante pessoal.

De referir ainda que o item “**Outros**” compreende:

- 1 Especialista Informática;
- 2 Técnicos Informática
- 1 Fiscal Leituras e Cobranças;
- 17 Polícias Municipais;
- 3 Fiscais Municipais.

Quadro 4. Evolução do número de efetivos de 2010 a 2014

Ano	CTFPTI	%	CTFP - TP	%	Total
2010	437	85,85%	72	14,15%	509
2011	428	87,17%	63	12,83%	491
2012	412	86,74%	63	13,26%	475
2013	389	100%	0	0	389
2014	373	100%	0	0	373
2015	356	100%	0	0	356

Relativamente à evolução do nº de efetivos ao longo dos últimos anos importa referir e salientar a redução considerável do nº de trabalhadores. A CMPF apresenta um rácio de 4,3 trabalhadores para cada mil habitantes (excluindo o pessoal da educação referente ao protocolo



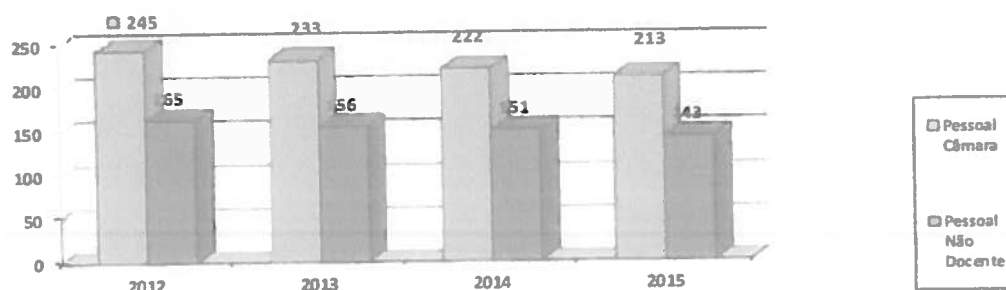
de transferência de competências, porque não é transversal a todas as autarquias), quando a média nacional é de cerca de 18.

O quadro acima reflete essa tendência, que se vem registando ao longo dos anos, conforme gráfico abaixo em que se verifica uma redução de 54 trabalhadores, apenas num horizonte temporal de 4 anos.

De salientar ainda, a inexistência dos contratos de trabalho a termo, quer pessoal da CMPF, quer pessoal não docente.

O gráfico seguinte apresenta a evolução nos últimos 4 anos:

Gráfico 1. Evolução do número de efetivos de 2012 a 2015

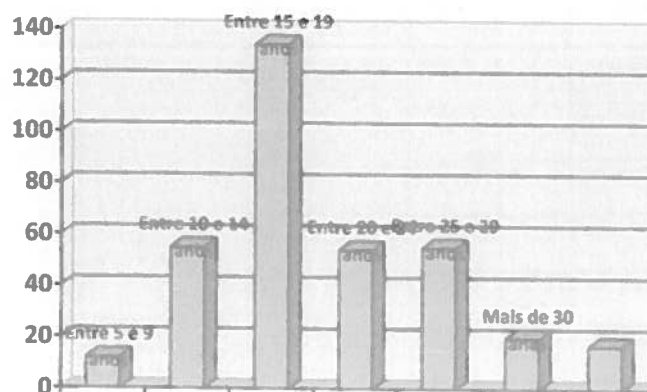


3.2. Estrutura de Antiguidade

O quadro seguinte apresenta-nos a antiguidade, no ano de 2015.

Quadro 5 e Gráfico 2. Antiguidade no Serviços

Tempo de serviço	2015	%
Até 5 anos	9	2,52%
Entre 5 e 9 anos	12	3,37%
Entre 10 e 14 anos	55	15,44%
Entre 15 e 19 anos	134	37,64%
Entre 20 e 24 anos	54	15,18%
Entre 25 e 29 anos	55	15,45%
Entre 30 a 35 anos	20	5,62 %
Mais de 36 anos	17	4,78%
TOTAIS	356	100%



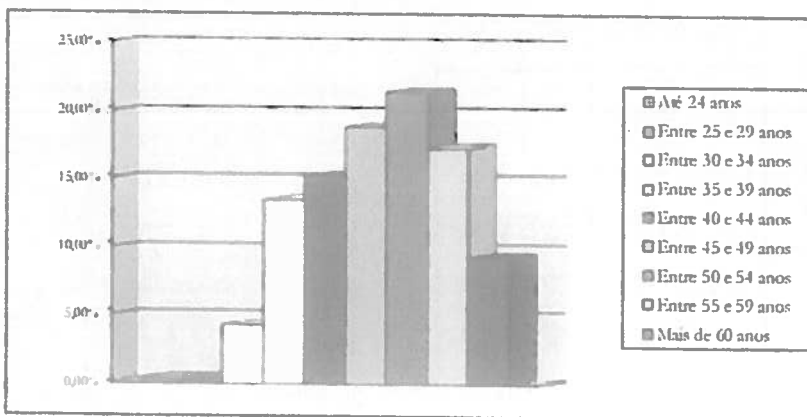
Em relação à estrutura de antiguidades, verifica-se que o maior número de efetivos se encontra nas classes de intervalo entre 15 e 19 anos.

3.3. Estrutura etária e género

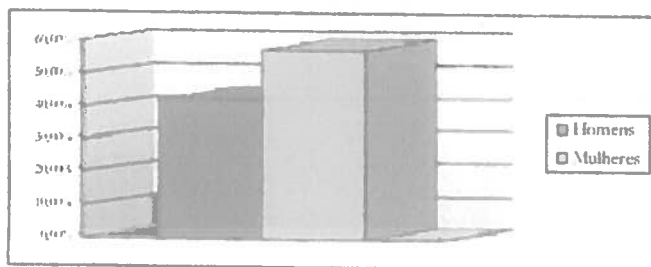
Com base na análise no quadro abaixo, conclui-se que o efetivo se distribui predominantemente nos níveis etários compreendidos entre os 50 e os 54 anos de idade.

Quadro 6 e Gráfico 3. Estrutura etária

Escalão Etário	2015	%
Até 24 anos	1	0,28%
Entre 25 e 29 anos	1	0,28%
Entre 30 e 34 anos	15	4,21%
Entre 35 e 39 anos	48	13,48%
Entre 40 e 44 anos	54	15,18%
Entre 45 e 49 anos	67	18,82%
Entre 50 e 54 anos	76	21,35%
Entre 55 e 59 anos	61	17,31%
Mais de 60 anos	33	9,27%
TOTAIS	356	100%



Quadro 7 e Gráfico 4. Estrutura por género



	2015	%
Homens	151	42,41%
Mulheres	205	57,59%
TOTAIS	356	100%

No que toca à distribuição de efetivos por género, verifica-se que há uma predominância do sexo feminino na CMPF.

3.4. Estrutura Habilitacional

A distribuição dos trabalhadores pelos níveis de habilitações literárias foi efetuada a partir das habilitações adquiridas pelos trabalhadores e não pelas legalmente exigidas para o ingresso nas respetivas carreiras profissionais.

Quadro 8. Habilitações Literárias

Habilitações Literárias	2015	%
Menos de 4 anos de escolaridade	0	0
4 Anos de escolaridade (4ª classe)	63	17,70%
6 Anos de escolaridade (ciclo preparatório)	43	12,08%
9 Anos de escolaridade	67	18,82%
11 Anos de escolaridade	48	13,48%
12 Anos de escolaridade	52	14,60%
Bacharelato	3	0,84%
Licenciatura	72	20,22%
Mestrado	8	2,25%
Doutoramento	0	0
TOTAIS	356	100%

3.5. Considerações sobre o processo de avaliação do desempenho

Com a LOE 2013, aprovada pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi dada uma nova redação à Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, que aprovou o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública, a implementar a partir de janeiro de 2013, nomeadamente no que diz respeito ao período de avaliação, que passou de anual para bienal.

Ora, a avaliação do biénio 2015/2016, será efetuada apenas em Janeiro do ano de 2017.

Na presente data o Município de Paços de Ferreira tem o seu sistema de avaliação da performance das Unidades Orgânicas e do desempenho dos Dirigentes e trabalhadores,



completamente estruturado, cumprindo quer os prazos, quer todos os requisitos legais, bem como as boas práticas existentes neste domínio.

